



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING INTERNET

22/01/2018 ATÉ 22/01/2018

INDÍCE

1	DESEMBARGADOR	
	1.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	1
2	PRESIDÊNCIA	
	2.1 BLOG CESAR BELO.....	2
	2.2 BLOG DO ALPANIR MESQUITA.....	3
	2.3 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	4
	2.4 BLOG GENIVALDO ABREU.....	5
	2.5 BLOG GILBERTO LEDA.....	6
	2.6 SITE O MARANHENSE.....	7

PARABÉNS : TEMA QUER ABRIR A "CAIXA PRETA" NOS CARTÓRIOS/ RECUPERAR "PERDIDO" DE IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS : ASSOCIAÇÃO DOS TITULARES DOS CARTÓRIOS TEME FISCALIZAÇÃO DA CORREGEDORIA NA APURAÇÃO DE SONEGAÇÃO DE IMPOSTOS?

janeiro 21, 2018 Augusto joao barcelo Comentários

A Associação dos Titulares de Cartórios do Maranhão/ a ATC-MA atacou o Presidente da FAMEM/ Cleomar Tema que pediu apoio institucional ao Presidente do Tribunal de Justiça/ José Joaquim Figueredo dos Anjos no combate a sonegação fiscal/ pertinente aos serviços notariais/ cartorários/ serventias extrajudiciais(cartórios).

Resultado de imagem para caixa preta dos cartórios

A ATC-MA atacou o Presidente da FAMEM/ Cleomar Tema/ que solicita apenas o cumprimento da Lei Complementar 116/30 - validada pelo STF. A legislação adiciona/ gera Impostos Sobre Serviços Notarias/ Cartorários/ Cartórios/ que os tabeliães insistem em não recolher para os municípios.

Resultado de imagem para cartórios charge

Como as cidades de pequeno porte não possuem estrutura pessoal para combater este tipo de sonegação fiscal/ a FAMEM solicitou ao TJ-MA que estabeleça a obrigação da prestação de contas realizadas pelas serventias extrajudiciais(cartórios) junto a Corregedoria do TJ-MA/ decorrente do repasse pecuniários dos Cartórios ao FERJ.

Resultado de imagem para cartórios charge

A ATC-MA atacou com "teses constitucionalistas Gilmarianas"/ elencando contraditoriamente artigos da Constituição Federal - ora reconhecendo a possibilidade da cobrança pelos municípios/ desde que instituídos/ ora negando sob a arguição do Princípio da Legalidade Estrita/ segundo o qual não pode haver cobrança sem lei que estabeleça.

Resultado de imagem para cartórios charge

Talvez a milionária arrecadação tenha promovido a "cegueira" da ATC-MA/ posto que a citada Lei Completar - reconhecida pelo STF - tem vigência/ eficácia "erga omnes"/ ou seja para todos. Tudo indica que a Associação dos Cartórios quer apenas ganhar tempo/ com a obrigação de cada município criar lei específica para cobrança do ISSQC.

Estudante de São João Batista tira 960 pontos na redação do ENEM e recebe reconhecimento do Presidente do TJ-MA

Desembargador José Joaquim, presidente do TJ-MA.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, manifestou, nesta sexta-feira (19), voto de congratulações à jovem Milena Silva Cutrim, moradora do povoado Olinda dos Aranhas, zona rural de São João Batista, que na redação do Enem 2017 obteve 960 pontos.

Para o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos - que também é natural de São João Batista - o desempenho da estudante Milena Silva Cutrim engrandece a história do Município e serve de inspiração a outros jovens em busca de educação, superação e conquistas.

"Enalteço a brilhante conquista de Milena Silva Cutrim, uma conterrânea que enche de orgulho a todos nós de São João Batista. Sua determinação e empenho nos estudos é um exemplo a ser seguido por outros estudantes. É uma prova de que com dedicação aos estudos, nossos jovens podem ir mais longe", pontuou o presidente do TJMA.

CNJ arquiva questionamento sobre a criação de novos cargos de desembargador no Maranhão

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, afirmou que os jurisdicionados saem vitoriosos com o arquivamento, pelo Conselho Nacional de Justiça, do pedido para impugnar projeto de lei que criou três novas vagas para o cargo de desembargador.

De acordo com o presidente do TJMA a medida vem contribuir para que haja uma redução do volume de processos na esfera da Justiça de segundo grau. Quanto ao impacto no orçamento, os estudos financeiros comprovaram que é perfeitamente viável a iniciativa do ponto de vista orçamentário.

“Dados levantados pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) mostram que a demanda processual entre os anos de 2011 e 2016 mais que triplicou, registrando um aumento exponencial de trabalho, em relação a outros Tribunais de médio porte, conforme classificação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que - através da pesquisa 'Justiça em Números 2017' - reconheceu que o Maranhão fica muito abaixo da média

Tema solicita ao TJ apoio para combater sonegação fiscal nos municípios

O presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM), prefeito Cleomar Tema, reuniu-se, esta semana, com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

Na oportunidade, Tema entregou ao magistrado, documento solicitando apoio institucional do Poder Judiciário no que se refere ao combate a sonegação fiscal no tocante aos serviços notariais e cartorários das serventias extrajudiciais (cartórios).

O pedido formulado pelo presidente da entidade, que participou da reunião acompanhado do prefeito de Balsas, Erick Augusto, se sustenta na própria Constituição Federal e na Lei Complementar nº 116/03, instituída em atendimento ao preceito constitucional que enumera fatos geradores do ISSQN, dentre eles serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

A referida lei foi declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). No entanto, o que se constata no Maranhão é uma realidade de inadimplência por parte dos tabeliães no recolhimento destes impostos, seja por ineficiência dos municípios no processo de fiscalização; seja por evasão fiscal.

“Assim, para auxiliar os municípios associados a esta instituição, em especial as cidades de pequeno porte – sem estrutura de pessoal para agir no combate a sonegação fiscal – é que a FAMEM solicita a este egrégio Tribunal que estabeleça como item obrigatório na prestação de contas realizadas pelas serventias extrajudiciais (cartórios), junto a Corregedoria deste Tribunal, decorrente do repasse pecuniário feito pelos cartórios extrajudiciais ao Fundo de Modernização e reaparelhamento do Judiciário (FERJ), certidão negativa municipal”, diz o documento.

Para Cleomar Tema, com esta simples medida o Tribunal de Justiça ajudará os municípios maranhenses na arrecadação destes importantes recursos que serão utilizados em prol dos moradores e no desenvolvimento de setores como saúde, educação e segurança.

José Joaquim determinou que o assunto fosse encaminhado para a Corregedoria do TJ, que integrará as discussões objetivando encontrar, com a maior brevidade possível, uma solução para a demanda municipalista.

Othelino Neto recebe presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), recebeu, nesta sexta-feira (19), o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), José Joaquim Figueiredo dos Anjos. O desembargador veio retribuir a visita de cortesia do parlamentar, na semana passada, no TJMA.

"Estamos mantendo a reciprocidade. O eminente deputado Othelino Neto esteve conosco, na semana passada, no Tribunal de Justiça, e, hoje, vim dar um abraço e mostrar a harmonia que existe entre os poderes", disse o presidente do TJMA.

O deputado Othelino Neto agradeceu a cortesia e ressaltou a relação harmoniosa e de respeito que a Assembleia Legislativa mantém com o Poder Judiciário. "Falamos um pouco dos assuntos em comum, do novo momento do Judiciário, comandado pelo desembargador José Joaquim. Falamos também sobre o funcionamento da Assembleia e dessa relação sempre harmônica e respeitosa que temos com o Poder Judiciário", concluiu.

Tema pede ao TJ apoio para combate à sonegação fiscal

20/01/2018 14:00:23

O presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM), prefeito Cleomar Tema, reuniu com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

Na oportunidade, Tema entregou ao magistrado documento solicitando apoio institucional do Poder Judiciário no que se refere ao combate a sonegação fiscal no tocante aos serviços notariais e cartorários das serventias extrajudiciais (cartórios).

O pedido formulado pelo presidente da entidade, que participou da reunião acompanhado do prefeito de Balsas, Erick Augusto, se sustenta na própria Constituição Federal e na Lei Complementar nº 116/03, instituída em atendimento ao preceito constitucional que enumera fatos geradores do ISSQN, dentre eles serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

A referida lei foi declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). No entanto, o que se constata no Maranhão é uma realidade de inadimplência por parte dos tabeliães no recolhimento destes impostos, seja por ineficiência dos municípios no processo de fiscalização; seja por evasão fiscal.

"Assim, para auxiliar os municípios associados a esta instituição, em especial as cidades de pequeno porte - sem estrutura de pessoal para agir no combate a sonegação fiscal - é que a FAMEM solicita a este egrégio Tribunal que estabeleça como item obrigatório na prestação de contas realizadas pelas serventias extrajudiciais (cartórios), junto a Corregedoria deste Tribunal, decorrente do repasse pecuniário feito pelos cartórios extrajudiciais ao Fundo de Modernização e reaparelhamento do Judiciário (FERJ), certidão negativa municipal", diz o documento.

Para Cleomar Tema, com esta simples medida o Tribunal de Justiça ajudará os municípios maranhenses na arrecadação destes importantes recursos que serão utilizados em prol dos moradores e no desenvolvimento de setores como saúde, educação e segurança.

José Joaquim determinou que o assunto fosse encaminhado para a Corregedoria do TJ, que integrará as discussões objetivando encontrar, com a maior brevidade possível, uma solução para a demanda municipalista.

VISITA | Presidente do TJMA é recebido pelo deputado Othelino Neto na Assembleia Legislativa

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, esteve com o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto, nesta sexta-feira (19), retribuindo a visita de cortesia do parlamentar, neste mês, no TJMA.

"Estamos mantendo a reciprocidade. O eminente deputado Othelino Neto esteve conosco, no Tribunal de Justiça, e, hoje, vim dar um abraço e mostrar a harmonia que existe entre os poderes", disse o presidente do TJ.

O deputado Othelino Neto agradeceu a cortesia e ressaltou a relação harmoniosa e de respeito que a Assembleia Legislativa mantém com o Poder Judiciário. "Falamos um pouco dos assuntos em comum, do novo momento do Judiciário, comandado pelo desembargador José Joaquim. Falamos também sobre o funcionamento da Assembleia e dessa relação sempre harmônica e respeitosa que temos com o Poder Judiciário", concluiu o deputado.